



**PAUTA
PARA A 121ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 15 DE OUTUBRO DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 57, de 2015, de autoria do deputado Delegado Olim. Dispõe sobre a carteira de identidade funcional dos policiais civis do Estado.

2 - Projeto de lei nº 1329, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Criar e instalar o Instituto de Geologia e Meio Ambiente com os Cursos de Geologia Ambiental e de Engenharia Ambiental na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Campus de Assis.

3 - Projeto de lei nº 1330, de 2015, de autoria do deputado Estevam Galvão. Dispõe sobre Procedimento Administrativo prévio à Ação de Improbidade Administrativa, instituindo Termo de Ajustamento de Conduta - TAC anterior à propositura da ação.

4 - Projeto de lei nº 1331, de 2015, de autoria do deputado Luiz Fernando. Dá a denominação de "Plínio de Arruda Sampaio" ao viaduto localizado no km 230 da Rodovia Governador Adhemar Pereira de Barros - SP 342, em São João da Boa Vista.

5 - Projeto de lei nº 1332, de 2015, de autoria do deputado Wellington Moura. Determina a fixação de placa informativa que divulga o número telefônico do Conselho Tutelar nos estabelecimentos de ensino público e privado.

6 - Projeto de lei nº 1333, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Dispõe sobre a utilização dos prédios das Escolas Estaduais que sejam desativadas em

virtude de projetos de reorganização escolar.

7 - Projeto de lei nº 1334, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Autoriza as Concessionárias de Pedágio do Estado a não cobrarem taxa de pedágio de pessoas maiores de 60 (sessenta) anos de idade e portadores de deficiência física nas Rodovias Estaduais.

8 - Projeto de lei nº 1335, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Declara a Música Gospel como patrimônio cultural imaterial do Estado.

9 - Projeto de lei nº 1336, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Concede prioridade no atendimento aos usuários portadores de diabetes nos casos de realização de exames médicos em jejum total.

10 - Projeto de lei nº 1337, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá a denominação de "Manfredo Bueno Pádua" ao trevo de acesso localizado no km 463+450m da Rodovia Feliciano Salles da Cunha - SP 310, em Neves Paulista.

11 - Projeto de lei nº 1338, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Declara de utilidade pública a "Associação Orquestra Sinfônica de São José do Rio Preto", naquele Município.

12 - Projeto de lei nº 1339, de 2015, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Classifica Iacanga como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 1340, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari e outros. Dá a denominação de "Dr. Fued Simão" ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME de Taquaritinga.

14 - Moção nº 113, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Apela para a Sra. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Justiça e ao Sr. Governador do Estado a fim de empreenderem esforços para a efetivação de políticas públicas destinadas a apoio, atenção e atendimento aos refugiados.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 56, de 2015, de autoria do deputado Raul Marcelo. Assegura a bonificação por resultados prevista na Lei Complementar nº 1.245, de 2014, às delegacias especializadas e aos carcereiros.

2 - Projeto de lei nº 1326, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Proíbe a utilização de água potável da rede pública para lavar veículos, calçadas, frentes de imóveis, ruas, encher piscinas, bem como para outras situações que não sejam o consumo humano e caracterizem desperdício.

3 - Projeto de lei nº 1327, de 2015, de autoria do deputado André Soares. Altera a Lei nº 12.281, de 2006, que dispõe sobre o cancelamento de serviços prestados de forma contínua.

4 - Projeto de lei nº 1328, de 2015, de autoria do deputado Chico Sardelli. Declara de utilidade pública a "ABRELA - Associação Brasileira de Esclerose Lateral Amiotrófica", na Capital.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 14, de 2015, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Susta a Resolução STM 36, de 2014, que publica Tabelas de Classificação de Documentos, Dados e Informações Sigilosos e Pessoais da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU/SP e da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1323, de 2015, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Declara de utilidade pública o "Núcleo Multidisciplinar Social de Nova Granada - ASPING", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 1324, de 2015, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Declara de utilidade pública a "Empresa Júnior Jurídica - EJUR", em Franca.

3 - Projeto de lei nº 1325, de 2015, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Dá a denominação de "Roberto Eduardo Estevão" à passarela localizada no km 27+400m da Rodovia Anhanguera, na Capital.

4 - Moção nº 112, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei Complementar nº 366, de 2013, seja apreciado e aprovado com a máxima celeridade possível.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 55, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Propõe a inclusão de parágrafo no artigo 1º da Lei Complementar nº 1.261, de 2015, que estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 1320, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Declara de utilidade pública a entidade "Instituto Life for Life", na Capital.

3 - Projeto de lei nº 1321, de 2015, de autoria do deputado Adilson Rossi. Declara de utilidade pública o "Instituto Phala - Centro de Desenvolvimento para Surdos", em Itatiba.

4 - Projeto de lei nº 1322, de 2015, de autoria do deputado Roberto Moraes. Dispõe sobre o uso preferencial de fertilizantes orgânicos por parte da administração estadual.

5 - Moção nº 111, de 2015, de autoria da deputada Beth Sahão. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que acolham o entendimento do Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, rejeitando o PLC nº 30, de 2015, que dispõe sobre contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1319, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia da Mulher Empreendedora".

2 - Moção nº 109, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Aplauda a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo e o seu presidente por sua trajetória pessoal e profissional, bem como pela importante participação no desenvolvimento da agricultura nacional e do agronegócio.

3 - Moção nº 110, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para a Senhora Presidenta da República a fim de que determine aos órgãos competentes a elaboração de estudos e a adoção de providências urgentes no sentido de adotar medidas objetivando reduzir o preço do diesel, que, por ser muito usado no transporte de cargas, poderia aquecer a economia e ser uma ferramenta de controle da inflação.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo

com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

1ª Sessão

Projeto de lei nº 1298, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2016.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

Moção nº 58, de 2015, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para o Sr. Ministro da Saúde a fim de que determine á Agencia Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a adoção de medidas eficazes quanto á fiscalização das operadoras de saúde de práticas ilegais na vigência dos contratos.